

O ensino da leitura e escrita segundo Antônio d'Ávila:

Práticas escolares (1940)

Thabatha Aline Trevisan*

Resumo:

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da história da formação de professores primários no Brasil, em especial de alfabetizadores, apresentam-se, neste artigo, resultados de pesquisa desenvolvida por meio de análise da configuração textual do manual *Práticas escolares* (1940), publicado pela editora Saraiva e escrito pelo educador paulista Antônio d'Ávila. Na análise desse manual, com ênfase nos capítulos referentes ao ensino da leitura e da escrita, encontra-se uma síntese dos saberes e das práticas derivadas, predominantemente, do ideário escolanovista e que eram consideradas necessárias para que os futuros professores pudessem exercer, com eficiência e êxito, suas atividades no magistério primário, especialmente as referentes ao ensino da leitura e escrita.

Palavras-chave:

formação de professores; ensino da leitura e escrita; manuais de ensino; Práticas escolares; Antônio d'Ávila.

* Mestre e doutoranda em educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Integrante do Grupo de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (GPHELLB).

The teaching of reading and writing by Antônio d'Ávila:

Práticas escolares (1940)

Thabatha Aline Trevisan

Abstract:

In order to contribute to the comprehension of the history of the education of elementary school teachers in Brazil, especially of literacy teachers, they are presented in this paper the results of the research developed through the textual configuration analysis of the 1940's manual *Práticas escolares* (*School practices*), published by Saraiva Editors and written by Antônio d'Ávila, an educator from São Paulo State, Brazil. In the analysis of this manual, where chapters referring to teaching of reading and writing are also included, there is a synthesis of knowledges and practices mostly derived from the New School Ideals and that were considered necessary for future teachers to be able to exercise, with efficiency and success, their activities in the elementary school, especially those referring to the teaching of reading and writing.

Keywords:

teacher's education; teaching of reading and writing; teaching's manuals; Práticas escolares; Antônio d'Ávila.

Introdução

Da constatação da escassez de estudos e pesquisas que abordam, de uma perspectiva histórica, questões relacionadas à formação de professores primários¹, em especial a de alfabetizadores² no Brasil, assim como aos manuais de ensino destinados à formação desses professores, decorreram as pesquisas que venho desenvolvendo desde 2002, quando iniciei as atividades como bolsista de iniciação científica³. Neste artigo, apresento os principais resultados dessa pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil” (GPHELLB⁴) e ao Projeto Integrado de Pesquisa “Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano” (PIPELLB)⁵.

1. A expressão “professores primários” está sendo utilizada em referência aos professores formados em cursos normais (desde o século XIX até a promulgação da lei n. 5.692/1971) com a finalidade de lecionarem nos quatro primeiros anos do curso primário, hoje equivalente às quatro (ou cinco) primeiras séries do ensino fundamental.
2. O termo “alfabetizador” designa o professor responsável pela condução do processo de ensino inicial da leitura e escrita.
3. Das atividades de iniciação científica (bolsa Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), desenvolvidas entre 2002 e 2003, resultou o trabalho de conclusão de curso de graduação intitulado *Um estudo sobre Práticas escolares (1940), de Antônio d’Ávila* (Trevisan, 2003). Em continuidade a essa pesquisa, desenvolvi a de mestrado (bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP), da qual resultou a dissertação intitulada *A pedagogia por meio de Pedagogia: teoria e prática (1954), de Antônio d’Ávila* (Trevisan, 2007). Essa pesquisa esteve vinculada à linha “Formação do educador: memórias e perspectivas”, coordenada por Ana Clara Bortoleto Nery, junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação e Formação de Educadores (GEPAEFE) (cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e certificado pela UNESP), e ao projeto integrado “Divulgando práticas e saberes: a produção de impressos pelos docentes das Escolas Normais (1911-1950)”;⁶ e venho desenvolvendo a de doutorado, intitulada *História da disciplina Pedagogia nas escolas normais do estado de São Paulo (1874-1959)*, vinculada ao GPHELLB e ao PIPELLB.
4. Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e certificado pela UNESP.
5. Apoio e auxílio CNPq; auxílio FAPESP.

Com o objetivo de contribuir para a compreensão dos saberes e práticas considerados necessários para que os alunos desses cursos de formação de professores pudessem exercer, com eficiência e êxito, suas futuras atividades no magistério primário, em especial as referentes ao ensino da leitura e escrita, elaborei inicialmente um instrumento de pesquisa contendo referências de manuais de ensino utilizados em cursos de formação de professores primários (Trevisan, 2002).

A análise dos títulos de manuais de ensino reunidos permitiu identificar, dentre outros aspectos, a significativa produção escrita do educador paulista Antônio d'Ávila (1903-1989). Ampliei, então, a pesquisa documental e elaborei outro instrumento de pesquisa (Trevisan, 2006), contendo referências de textos escritos por esse educador assim como de textos escritos por outros autores, que tratam de aspectos de sua vida, atuação profissional e produção escrita.

Por meio da análise dessas referências, pude constatar a importância da intensa atuação profissional e do conjunto de publicações desse educador. Natural da cidade de Jaú (SP), fez seus estudos primários na capital do estado de São Paulo e ingressou na Escola Normal de São Paulo em 1917, tendo-se diplomado em 1920. A partir de então, passou a dedicar-se ao magistério e às questões educacionais, tendo participado ativamente de várias entidades profissionais e culturais, como a Liga do Professorado Católico, o Centro do Professorado Paulista, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Academia Paulista de Educação, a Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil. Ao longo de sua atuação profissional, escreveu manuais de ensino, livros didáticos, artigos em jornais e revistas, biografias⁶, proferiu diversas conferências e discursos e traduziu, juntamente com João Baptista Damasco Penna, o livro *Didática da Escola Nova*, de A. Aguayo, publicado no Brasil pela Companhia Editora Nacional, em 1932 (Trevisan, 2003, 2007).

Em decorrência dessas constatações, com o objetivo de contribuir para a compreensão de um importante momento da história da formação de professores primários (inclusive alfabetizadores) no Brasil e com-

6. A esse respeito, ver: Trevisan (2004).

preender as concepções sobre ensino da leitura e escrita apresentadas por Antônio d'Ávila para a formação de professores alfabetizadores, optei por realizar a análise da configuração textual do manual de ensino *Práticas escolares*, de Antônio d'Ávila, com ênfase nos cinco capítulos que tratam de ensino da leitura e escrita. Esse manual teve sua 1ª edição em 1940, pela editora Saraiva, e foi utilizado até pelo menos a década de 1970, em cursos de formação de professores primários, especialmente nos institutos de educação do estado de São Paulo.

O método de análise da configuração textual busca compreender o conjunto de aspectos inter-relacionados que constituem o sentido desse texto, ou seja, referem-se:

[...] às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?) que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?); e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão [Mortatti, 2000, p. 31].

Os resultados da análise dos principais aspectos constitutivos da configuração textual de *Práticas escolares* permitiram constatar que nesse manual se encontra uma síntese de saberes e práticas relativos ao ensino da leitura e escrita derivados predominantemente do ideário escolanovista, que, no período histórico de sua produção e circulação, eram considerados necessários para o exercício eficiente e eficaz desse ensino na escola primária no Brasil.

Essa constatação, por sua vez, possibilitou diferentes perspectivas de problematização da questão da Escola Nova no Brasil, principalmente no que se refere à relação de Antônio d'Ávila com as várias vertentes desse movimento educacional, as quais vêm sendo apontadas e discutidas pelos principais estudiosos atuais sobre esse tema. De fato, são questões pertinentes e instigantes, que merecem reflexões mais aprofundadas; dados os objetivos e limites deste artigo, porém, optei por apontar ape-

nas os aspectos relativos ao ensino da leitura e escrita do ponto de vista escolanovista, por meio das explicações dadas pelo autor do manual, a fim de compreender as relações entre a proposta de d'Ávila, no que se refere a esse ensino contida em especial nos cinco capítulos mencionados, e a proposta do educador cubano A. Aguayo, no livro *Didática da Escola Nova*, de que, como já informei, d'Ávila foi um dos tradutores.

Ressalto, ainda, que, dentre os aspectos que contribuem para a constituição do sentido de um texto, para os objetivos e limites deste artigo abordarei apenas os aspectos da configuração textual mais detidamente os aspectos da estrutura e conteúdo dos capítulos relativos ao ensino da leitura e escrita, que propiciam compreender as relações entre as ideias de Antônio d'Ávila e de A. Aguayo, considerando a hipótese de este último ter sido a matriz teórica do manual analisado.

O manual *Práticas escolares*

Aspectos gerais

Como já foi mencionado, a 1ª edição de *Práticas escolares: de acordo com o programa de prática do ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário* foi publicada em 1940, pela editora Saraiva. A partir de 1944, é acrescentado o volume 2 e, a partir de 1954, o volume 3, ambos de caráter complementar ao primeiro e publicados pela mesma editora.

Analisei um exemplar da 2ª edição, de 1942, do que passou, portanto, a constituir o volume 1, de *Práticas escolares*. Esse exemplar, cuja capa se perdeu, é o de edição mais antiga que foi possível obter, mas devo ressaltar que, mediante consulta a um exemplar da 1ª edição, constatei que não há diferenças entre um e outro.

O exemplar analisado tem formato 13 x 20cm e 492 páginas. Na capa, na página de rosto e seus versos, têm-se: o título do livro, seguido da informação: “De acordo com o programa de Prática do Ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário”, além do nome do autor e sua filiação institucional, do título da coleção que o livro integra,

do nome do diretor da coleção, dos títulos dos livros já publicados e no prelo, no âmbito dessa coleção e títulos de outros livros de d'Ávila.

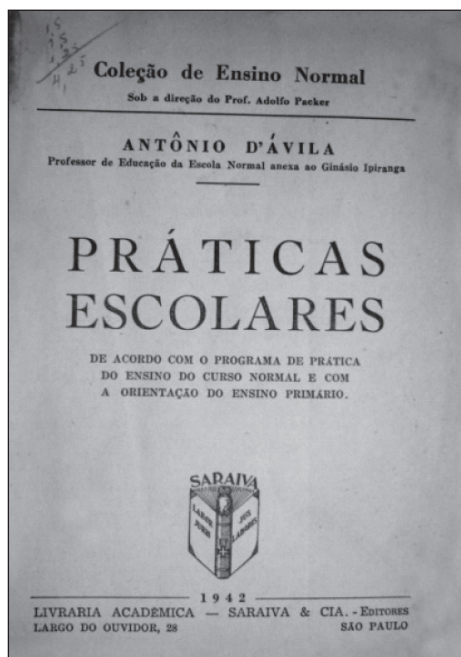


Figura 1: Página de rosto de *Práticas escolares* (1942)

Fonte: Acervo do GPHELLB.

No exemplar analisado, têm-se o “Prefácio da 2ª edição” e o “Prefácio da 1ª edição”, ambos escritos por Adolfo Packer e com páginas não numeradas. Após esses dois prefácios, têm-se 30 capítulos numerados com algarismos romanos e, ao final, um “Índice” geral disposto em três páginas, seguido de um “Índice” alfabético dos principais assuntos.

De acordo com o prefaciador, *Práticas escolares* destinava-se ao professor já em exercício e ao professorando ou normalista (aluno do curso normal) e integrava a Coleção de Ensino Normal, por ele dirigida. O objetivo dessa coleção era publicar uma série de “livros de textos” destinados ao ensino normal para auxiliar alunos e professores, em seu

trabalho didático, e iniciar uma coleção útil, “[...] de feitio brasileiro, expressão da nossa cultura pedagógica” e de caráter prático, que contribuísse “[...] para a obra de reconstrução e renovação que se está estruturando no campo educacional contemporâneo” (Packer, 1942).

A criação da coleção, segundo seu diretor, derivou da necessidade de enfrentar as dificuldades, observadas em suas visitas às escolas normais e demonstradas por alunos e professores, no que se referia à execução dos programas, à quantidade numerosa de obras para leitura e dificuldade de acesso a essas obras por estarem escritas em idioma estrangeiro, ou serem caras, ou, ainda, estarem com suas edições esgotadas.

O título e o subtítulo

O título do manual encontra-se diretamente relacionado com os objetivos do autor e os da Coleção de Ensino Normal: apresentar um manual de cunho prático, útil, calcado sobre a experiência e a realidade, para auxiliar os professorandos e os professores no trabalho diário de ensinar. Nesse sentido, o manual objetiva ensinar como e o que o professor deve ensinar, apresentando, para isso, desde síntese das teorias que embasam os conteúdos de ensino propostos, com indicação de leituras para o estudo e aprofundamento por parte do professor e do professorando, até modelos de planos de aulas, de trabalhos práticos, de exercícios, de lições de leitura, de aplicação de testes, dentre outros.

Como já mencionei, em seguida ao título do exemplar analisado, tem-se a informação de que o manual se encontra “de acordo com o programa de Prática do Ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário”. Trata-se, presumivelmente, de referência ao documento *Programmas das escolas normaes*⁷ do estado de São Paulo, de 1938, no qual são apresentados os seguintes objetivos:

- a) habituar os alumnos-mestres á convivência com as crianças; b) fornecer-lhes conhecimentos para a organização e o governo da classe; c)

7. Nesta e nas demais citações de títulos e trechos de documentos, optei por manter a ortografia original.

dar-lhes capacidade para ensinar pelos modernos processos; d) estimular-lhes o interesse pelos problemas peculiares ao ensino, especialmente ao ensino rural [São Paulo, 1938, p. 13].

Segundo esse documento, as atividades da matéria Prática do Ensino decompõem-se em três fases: “[...] a) a observação dos trabalhos dos professores primários; b) a participação nesses trabalhos; c) o governo autonomo da classe” (idem, ibidem, p. 13).

Quanto à “orientação do ensino primário” que consta no subtítulo do manual, até o momento foi possível localizar apenas os programas para o 1º e 2º anos do ensino primário fundamental, datados de 1949 e publicados pela editora Paulo de Azevedo Limitada, tendo por base o ato n. 17, de 23 de fevereiro de 1949.

Analizando os programas para o ensino primário fundamental no estado de São Paulo, publicados entre 1949 e 1951, pude observar que, mesmo tendo sido publicados posteriormente à 1ª edição do manual em análise, neles constam orientações, em particular para o ensino da linguagem oral, da leitura, da escrita e da linguagem escrita, semelhantes às apresentadas no documento *Programmas das escolas normaes*, de 1938.

Comparando-se o proposto nesses documentos oficiais e o conteúdo do manual em análise, constata-se uma estreita semelhança, que dá sustentação ao título e ao subtítulo do manual e evidencia o propósito de d’Ávila de conferir-lhe autoridade e legitimidade, contemplando as práticas pedagógicas decorrentes do discurso oficial.

Estrutura e conteúdo dos capítulos

Os 30 capítulos do volume 1 de *Práticas escolares* tratam de assuntos tais como: escola, mobiliário escolar, os alunos e sua seleção (testes para organização das classes), formação e aperfeiçoamento do professor, métodos, biblioteca do professor, o livro didático, prática do ensino nas escolas normais, projetos, centros de interesse, biblioteca do professor, livro didático, reforma ortográfica, ensino das diferentes matérias do curso primário.

Dentre esses capítulos, cinco abordam o ensino da leitura e escrita: XII – “O ensino da leitura” (1ª parte) (pp. 209-235); XIII – “O ensino da leitura” (2ª parte) (pp. 236-255); XIV – “O ensino da linguagem oral” (pp. 256-277); XV – “O ensino da linguagem escrita” (pp. 278-299); e XVI – “O ensino da escrita” (pp. 300-304).

De uma forma geral, todos os capítulos do manual contêm um parágrafo inicial com uma citação referente ao assunto a ser tratado e para cuja explanação o autor recorre, por vezes, a breves históricos e apresenta explicações, ora em notas de rodapé, ora no meio do texto. Por exemplo, no capítulo 1, que versa sobre a escola, o mobiliário e o material, o autor apresenta os seguintes requisitos para organização de escolas e classes:

Fazem-se luxuosos edifícios, verdadeiros palácios escolares que custam fortunas. Entretanto, as crianças que neles devem educar-se, precisam estar rígidas durante horas e horas em bancos carteiras, construídos segundo toda a espécie de *requisitos antropométricos*, mas que não deixam de ser instrumentos de tortura, com os quais se condenam à imobilidade. Fazem-se *classes denominadas higiênicas*, cubizadas e iluminadas de acordo com as recomendações científicas, porém, não podem as crianças respirar o ar livre, receber a luz direta, permanecendo sumidas em ambiente inadequado, privadas das atividades verdadeiramente formadoras [d'Ávila, 1942, p. 13, grifos meus].

Após explanação do assunto, apresentam-se, dentre outros, “problemas para estudo e/ou debates”, “trabalhos práticos”, além de “sugestões para trabalhos” ou “para prática”, exemplos de aulas, planos de aula pelo “método de projetos”, modelos de testes em cada disciplina, programas escolares, indicações de leituras.

D'Ávila nomeia como “problemas para estudo e/ou debates” questões apresentadas ao normalista a respeito do assunto tratado no capítulo e seus subtópicos, destinado ao estudo ou à discussão com seus pares. No tópico intitulado “trabalhos práticos”, há indicações de leitura e de atividades para o normalista preparar e aplicar no curso primário assim como de atividades para serem realizadas juntamente com as crianças. Nas “sugestões para trabalhos” ou “para prática” relacionam-se ativida-

des para serem realizadas, pelos normalistas, com as crianças do curso primário.

Seguem exemplos de “problemas para estudo e/ou debates” e “trabalhos práticos”, indicados no manual:

Problemas para estudo e debates

- Que acha da organização da biblioteca de classe?
- Em que conceito deve ser tido o livro dessa biblioteca?
- Quais os livros indispensáveis para uma classe de 3º ou 4º grau?
- Como fazer uso da biblioteca da classe? [d’Ávila, 1942, p. 122].

Trabalhos práticos

- Praticar a escala Binet-Simon em classes do curso primário.
- Organizar um cartaz com as questões dessa escala.
- Preparar o material necessário aos exames da escala e doá-lo ao Museu Didático.
- Fazer uma palestra sobre a escala métrica da inteligência, de Binet-Simon.
- Estudar no livro de Binet — *Les idées modernes sur les enfants* a gênese dessa escala [idem, ibidem, p. 46].

É importante destacar que o manual traz também a ideia de trabalho pelo “método de projetos” que, segundo d’Ávila, é muito antiga e surgiu em Massachusetts, Estados Unidos da América do Norte, por volta de 1908. O mais importante nos projetos é a posição do aluno como aquele que aprende, uma vez que é somente ele que exercita o pensamento, que pesquisa, que procura material, que experimenta, que ensaia e que erra, para alcançar o fim desejado; e a tarefa do professor é apenas a de guia do aluno, sugerindo-lhe ideias e auxiliando-o quando houver necessidade. Essa é “[...] a natureza do método que reformou as técnicas escolares, pondo-se como a melhor arma contra o ensino verbalista e memorizador” (d’Ávila, 1942, p. 380).

Segundo Aguayo, citado por d’Ávila (1942), um bom projeto deve ter as seguintes características: ser “[...] uma atividade intencional e bem

motivada; que tenha um alto poder educativo; que consista em fazer alguma coisa pelos próprios alunos, em seu ambiente natural”. A essas características apontadas por Aguayo, d'Ávila (1942, p. 380) acrescenta: “[...] a exigência de ser a atividade profundamente socializada”.

É importante destacar, ainda, que o manual apresenta várias citações de autores, como: Ovide Decroly, M. B. Lourenço Filho, Anísio Teixeira, A. M. Aguayo, Edouard Claparède, John Dewey, A. Sampaio Dória, José R. Escobar, João Köpke, Firmino Costa, Ormindia Marques. Como se pode observar, a maioria deles é representativa do movimento da Escola Nova.

Aspectos da repercussão do manual

Segundo Adolfo Packer, no prefácio da 2ª edição, de 1942, *Práticas escolares* foi “[...] saudado no seu aparecimento com louvores generalizados da crítica pedagógica” e sua 1ª edição, de 1940, esgotou-se em menos de um ano.

De acordo com d'Ávila, no prefácio da 8ª edição do volume 1 do manual, em 1958, a publicação dessa edição comprovava “[...] a plena aceitação de um livro de orientação do trabalho docente que, calcado sobre a experiência e a realidade, tem concorrido para auxiliar o professor primário em sua árdua tarefa”. O livro foi divulgado por todo o país e firmou-se como “[...] obra prestante e acolhida com apreço”.

O volume 2, de 1959, é justificado pelo autor como complementar ao primeiro, pois neste não era possível incluir mais assuntos. Com a publicação do volume 2, d'Ávila afirma estar “[...] correspondendo ao generoso acolhimento do professorado do Estado e do País, que, através de copiosa correspondência, nos tem animado na realização de nosso esforço”.

No prefácio do volume 3, de 1954, o autor informa que seu livro recebeu “[...] parecer unânime da crítica de letras pedagógicas, de suma e provada utilidade”, e ainda agradece o professorado por ter permitido que o seu trabalho alcançasse “tantas edições”.

Há ainda alguns juízos críticos sobre *Práticas escolares* publicados na orelha do volume 3, de 1954, como os que cito a seguir.

Romão de Campos, professor de educação da Escola Normal Livre de Franca (SP), considerou-o

[...] livro ótimo, único no gênero e capaz de ser o melhor entre os seus congêneres, lá fora, porque não conheço, entre nós, nada que lhe compare. É bem escrito, bem pensado, ótimo repositório das noções mais indispensáveis ao mestre-escola, feito com raro equilíbrio.

Segundo o professor J. O. Orlani, em texto publicado na seção “Livros e Idéias” do jornal *O Estado de S.Paulo*:

[...] nenhum esforço o professor dispende para lê-lo da primeira à última página. As qualidades do livro interessam a quantos apreciam coisas e ensino e educação. O autor teve a habilidade inteligente de compor um manual de valor para estudantes de escola normal e professores que se dediquem seriamente ao magistério. Uns e outros encontram nele matéria bastante para realizar um trabalho eficaz de resultados certos e positivos.

Carlos Correia Mascaro, diretor do Curso Primário da Escola Normal Livre “Ademar de Barros”, de Catanduva (SP), assim avaliou o manual:

É um livro que ensina aquilo que se deve fazer e dá as razões ou os fundamentos psicológicos do que aconselha. Não se estende ao estudo as bases teóricas da metodologia, mas indica as melhores e mais autorizadas fontes da pedagogia moderna.

Para João de Souza Ferraz, professor de Educação da Escola Normal Livre, de Limeira (SP):

O novo livro do Prof. Ávila trouxe aquêlê cunho de acessibilidade aos estudantes, riqueza de anotações, variadas de temas que refogem às tendências unilateralistas. Obterá um grande êxito, pela sua grande utilidade e pela oportunidade do momento em que aparece. Os problemas são postos em foco, discutidos, sugeridos. O autor não dogmatiza, expõe, analisa, argumenta, guia, esclarece.

Dos cinco capítulos referentes ao ensino da leitura e escrita

“O ensino da leitura (1ª parte)”

No capítulo “O ensino da leitura (1ª parte)”, d'Ávila expõe, ao professor já em exercício, ao professorando ou normalista, ou, ainda, ao “praticante” (aluno de Prática de Ensino), os problemas referentes à aprendizagem da técnica de leitura, que devem ser conhecidos antes que se inicie o ensino da leitura nas escolas primárias.

O autor propõe que o normalista estude a questão dos métodos de ensino apresentados nos resumos ou na bibliografia dos autores citados no manual, que as discuta em sala de aula, faça observações na escola primária, fixe essas observações feitas no “caderno de prática” e, assim, poderá formar o seu próprio conceito a respeito do problema.

Em seguida, faz uma exposição a respeito dos partidários do método analítico⁸ ou global, inclusive com exposição de objeções, e, em nota, explica:

Esta, como outras opiniões transcritas, devem ser lidas e criticadas pelos alunos, que poderão verificar seu valor, no curso primário.

[...]

Graças a observações que fizer no curso primário poderá julgar o mérito dessas objeções [d'Ávila, 1942, p. 210].

D'Ávila faz um breve histórico a respeito do ensino da leitura até chegar a expor como esse ensino é concebido por Brooks, Lourenço Filho, Aguayo, Castilho e pelos defensores do método fônico.

-
8. Segundo Harris e Hodges (1999, p. 182), o método analítico no ensino da leitura consiste em iniciar esse ensino com unidades completas de linguagem, que, mais adiante, deverão ser divididas em partes, como, por exemplo, as sentenças em palavras, ou as palavras em sons. O criador do método analítico para o ensino da leitura, segundo Aguayo (1959, p. 303), foi o professor francês Joseph Jacotot, que expôs suas teorias didáticas no livro intitulado *Ensino universal da língua materna*, publicado em 1822.

Após a exposição dos métodos, d'Ávila recomenda que a criança seja preparada para a aprendizagem da leitura, a fim de que o trabalho escolar seja mais suave e agradável. Sugere, assim, algumas soluções para esse problema, tais como as exemplificadas a seguir.

- a) aulas de história contadas pelo professor, pelos alunos, inventadas por estes, por ele ilustradas, e dramatizadas;
- b) desenhos variados, de imaginação, com elementos do conto que vai ser aproveitado na leitura;
- f) mostrar às crianças livros ilustrados. Provocar o desejo de lê-los;
- q) empregar desenhos de histórias mudas. As crianças organizarão a linguagem dessas histórias [d'Ávila, 1942, pp. 217-218].

D'Ávila propõe, também, exercícios para os normalistas, problemas para discussão, testes para verificação do domínio do vocabulário adquirido pela criança, estudo de planos de trabalho, orienta para o preparo de planos de aula e, no último tópico desse capítulo, afirma que: “[...] o *método do ensino* deve prevalecer sobre todas as demais preocupações do praticante. Por isso o trabalho deve estar de acordo com as linhas fundamentais do método” (idem, ibidem, p. 230, grifos do original).

Ainda nesse capítulo, são propostos exercícios de revisão, pois, segundo d'Ávila, a memorização do vocabulário é condição essencial para aprendizagem da leitura.

Recomenda-se para esses exercícios o conjunto de artifícios conhecidos, que tornam a aula interessante e desejada e a prática de jogos permitem a retenção de palavras pelas crianças [idem, ibidem, p. 221].

Os jogos mencionados na citação anterior desempenham papel de fundamental importância para a aprendizagem da leitura.

No sentido de *meio* e não de *fim*, seu valor precípuo está em criar situações de interesse no trabalho escolar, situações que fazem a criança esquecer que está aprendendo e, por isso, aprender melhor [idem, ibidem, p. 221, grifos do original].

D'Ávila enfatiza, portanto, que “[...] o meio por excelência para conseguir os objetivos é a atividade da criança provocada e guiada pelo professor”, visto que “[...] o interesse é a mola real do ensino” (1942, p. 230).

Além disso, o jogo coletivo oferece oportunidade para cooperação entre os alunos, torna possível o desenvolvimento de hábitos de governo, de domínio de situações diversas, facilitando, ainda, o treino social.

Da relação de jogos sugeridos para o ensino da leitura, apresento a seguir um exemplo para ilustrar o que foi exposto sobre o assunto até agora:

2. — *Ordens escritas.* — Em cartõezinhos ou cartazes escrever ordens simples. Exs: *Abra a porta, Feche a porta, Traga o livro, Abra o livro, Pegue o lapis, Guarda o lapis etc.*

Cada criança que recebe uma dessas ordens procura lê-la e se o consegue executa o lido. Para criar maior interesse pelo jogo, deve a classe ser dividida em dois partidos [d'Ávila, 1942, p. 222, grifos do original].

D'Ávila apresenta, ainda, uma relação de planos de aulas de leitura para o 1º ano do curso primário, com o intuito de estar “[...] facilitando o trabalho do professor de metodologia” (idem, ibidem, p. 230), que deve, antes de determinar aos normalistas aulas de leitura, orientá-los na organização de pequenos planos de trabalho. O autor, porém, adverte que “[...] o ajustamento dessas aulas à marcha do trabalho no curso primário deve ser feito cuidadosamente, sempre com a preocupação geral de não prejudicar o ensino nesse curso” (idem, ibidem, p. 230).

Eis um exemplo de sugestão de aulas de leitura:

Algumas aulas de leitura no primeiro ano

1.— *Aula à vista de um cartaz.* — O aluno confeccionará um cartaz de tamanho conveniente, que sirva de motivação para uma aula inicial de leitura. À vista dele deve conseguir algumas sentenças da criança

2. — *Aula com desenho.* — Dar uma aula de leitura aproveitando os recursos do desenho pedagógico

À vista de um desenho que o praticante vai executando no decorrer da aula, introduzir algumas palavras novas no vocabulário da classe.

3. — *Aula de revisão*. — Como sequência da aula anterior, fazer uma revisão do vocabulário nela empregado e verificar a capacidade de retenção das crianças [...] [idem, ibidem, p. 231, grifos do original].

O autor recomenda que os normalistas ou “praticantes” que assistem às aulas dos seus colegas e façam crítica “construtiva” do que observaram. Na sala de Prática do Ensino, tanto os “praticantes” quanto os colegas devem fazer o exercício sistemático de autocritica e de crítica, que deve ser dirigido por um plano de crítica sugerido no manual.

Nesse trabalho, de indiscutível valor para a formação do professor, tenha em vista o professor de prática que não se faz reunião de crítica para a discussão de chinesices, mas para o debate de assuntos fundamentais no ensino e na organização escolar [idem, ibidem, p. 233].

Por fim, d’Ávila dá os “itens diretores” para a organização da cartilha da classe. No trabalho com jogos, muitas vezes, a criança é levada a desenhar as figuras de que mais gostou, ao final desse trabalho a professora pode levar a criança a organizar uma cartilha que será ilustrada e escrita por ela mesma. Os “itens diretores” são: nome do livro; autor; método empregado; número de lições; originalidade (no processo, na forma, na apresentação); interesse (no assunto, na ambientação, para o meio rural, para o meio urbano); bases psicológicas do livro; sequência lógica (nos assuntos, nas sentenças, nas lições); graduação de dificuldades (número de sentenças, extensão das sentenças, aparecimentos de palavras novas, dificuldade dessas palavras); exercícios de fixação (revisão, análise, artifícios); unidade do assunto (completa, parcial); extensão das lições (número de sentenças, extensão de sentenças); ortografia; correção da linguagem; propriedade de expressão; ilustrações; e observações.

“O ensino da leitura (2ª parte)”

No capítulo “O ensino da leitura (2ª parte)”, d’Ávila continua a exposição dos problemas relacionados com esse ensino, mas tratando

dos aspectos relativos aos livros didáticos (tipos de livros, títulos, lições, gravuras, linguagem, personagens, nomes de personagens, graduação dos livros, o aspecto material etc.) e a procedimentos para motivação da aula de leitura.

O autor do manual explica que a motivação é entendida, no âmbito do ideário da Escola Nova, como um esforço vitalizado, como sendo a conexão do trabalho escolar com a experiência, os interesses, os valores e aspirações dos alunos. Assim, o trabalho do professor deve ter relação com a experiência do aluno, com os interesses básicos da infância.

Para motivar a aula de leitura, o autor apresenta as seguintes sugestões ao professor.

- a) Referência [...] sobre a lição que vai ser estudada e lida, como alguma coisa capaz de informar, deleitar e sugerir;
- b) Referências a respeito de seu vocabulário, mostrando a importância que devemos atribuir à aquisição de novas palavras;
- c) Despertar na criança o desejo de ler bem, de ler para o enriquecimento da vida intelectual e moral. Ler trechos da lição e mostrar que aproveitamento pode fazer dele;
- d) Mostrar à criança como nos delicia uma corrente, bem feita e expressiva;
- e) Mostrar à criança quantas notícias podemos colher através da leitura e quantas sugestões nos fornece um bom livro;
- f) Provocar por variados processos o interesse dos alunos, já com a criação da biblioteca infantil, já com a “hora da leitura”;
- g) Escrever no quadro negro, ou em cartazes frases sugestivas a respeito do hábito de ler e suas vantagens;
- h) Orientar a criança na confecção de marcadores de livros, que encerrem conselhos sobre a leitura;
- i) Realizar frequentes exercícios de pronúncia de palavras, para que a criança adquira o gosto da boa pronúncia [d'Ávila, 1942, p. 243].

Expõe, ainda, sobre a aplicação de testes de leitura silenciosa e mental, que têm o objetivo de observar o que a criança compreendeu da leitura feita, expõe sobre modelo de lições de leitura, práticas de uso de

dicionários, sugestões de atividades, de trabalhos e de problemas para estudo e relação de algumas palavras para exercícios de pronúncia.

“O ensino da linguagem oral”

No início do capítulo sobre ensino da linguagem oral, há a exposição sobre as dificuldades de se organizarem histórias para crianças, tais como: selecionar os assuntos, na contextualização literária do enredo; a escolha da linguagem que deve ser empregada nas lições ou nas histórias; o uso correto da linguagem e de recursos da imaginação. São, ainda, apresentadas: histórias para análise escritas pelo próprio autor do manual; problemas para estudo, com o intuito de oferecer ao normalista e aos professores temas para observação, estudos e pesquisas; trabalhos práticos, que acolhem o princípio de “aprender fazendo”; relação de assuntos para estimular o professor na arte de escrever para crianças, uma vez que: “A habilidade de escrever para crianças é capacidade que se forma com esforço, estudo e boa vontade [...]” (d’Ávila, 1942, p. 262).

O autor apresenta, ainda: plano de crítica para guiar o normalista nos exercícios de criticar livros didáticos e histórias; uma história de João Köpke para exercício prático de crítica; e recomendação de leitura das histórias desse educador que, segundo d’Ávila, foi “mestre no assunto” (p. 258) de criar histórias; orientações e relação de assuntos para invenção de histórias; orientações para o trabalho com dramatizações e para o trabalho com poesias e rimas.

Citando Aguayo, d’Ávila afirma que as dramatizações e as representações dramáticas no curso primário têm mais valor para o aperfeiçoamento da linguagem do que a leitura de poesias (d’Ávila, 1942, p. 268), uma vez que, nas dramatizações as crianças imitam quadros da vida real, contos, fábulas, histórias, poesias, algumas atividades escolares, e o professor pode também exercitar seus alunos em atividades de pronúncia, recitação, sinonímia e dialogação.

Além desses valores, há outros aspectos dessas atividades que merecem ser analisados:

- a) o estudo de cenas para reproduzi-las com fidelidade;
 - b) o ajustamento da criança à personalidade alheia;
 - c) o treino social dos alunos ao trabalharem em cooperação;
 - d) o treino da expressão em situações interessantes e desejadas;
 - e) o estudo de costumes, usos e de ambientes diversos;
 - f) a pesquisa natural para o conhecimento do passado, de biografias etc.
- [d'Ávila, 1942, p. 268].

Tais atividades, porém, não inviabilizam o uso de poesias no curso primário, que também constitui prática de bons resultados na educação, se o professor souber explorar a sensibilidade infantil, pela escolha de poesias para recitação e com elementos de agrado.

Por meio desses exercícios orienta-se a criança na apreciação do belo literário, do ritmo e das rimas, e com a constância de práticas dessa natureza, desperta-se e apura-se o gosto do aluno pela boa expressão [idem, ibidem, p. 273].

O autor adverte ser indispensável que o professor aproveite integralmente os elementos que na poesia sirvam à educação e à formação artística da criança; a memorização de poesias só deve ser feita depois de seu estudo inteligente. A ilustração de poesias, por sua vez, tem como principal objetivo levar ao plano visual aquilo que se tem apenas na imaginação. Além disso, é excelente exercício para “[...] despertar o gosto do aluno, cuja liberdade de escolha do colorido e do tamanho da ilustração, deve ser ampla” (idem, ibidem, p. 277).

“O ensino da linguagem escrita”

O capítulo sobre ensino da linguagem escrita traz um conjunto de diretrizes para a realização dos trabalhos escritos na escola primária, tais como: sugestões de exercícios que envolvam sentenças, cópias, ditados, reproduções, composição livre e dirigida; jornal da classe; cartas; exercícios de conjugação de verbos; diagramas; aprendizagem da gramática; correção de erros.

A respeito da aprendizagem da gramática, acrescenta o autor: “[...] a sua aprendizagem há-de ser feita nas conversações, através das leituras e do preparo e correção da escrita” (d’Ávila, 1942, p. 294).

Apresentam-se, também, sugestões de exercícios de linguagem escrita, exercícios para estudo, modelos de exercícios, trabalhos práticos e planos de trabalho para os normalistas.

“O ensino da escrita”

O capítulo que se refere ao ensino da escrita trata-a como a aprendizagem de uma técnica, que deve ocorrer

[...] através de exercícios metódicos e regulares, sob o controle de direções adequadas e à vista de modelos tradicionais. Por isso a criança deve ser levada à imitação exacta de movimentos necessários à formação da habilidade pretendida e à execução de tarefas particulares, para dominar perfeitamente a técnica. Só depois então é que terá liberdade de escolher tipos de letra, tamanho e outros característicos de uma escrita pessoal [d’Ávila, 1942, p. 300].

Mas, além do processo fisiológico, que foi estudado pelo francês Javal⁹, d’Ávila afirma que a escrita também possui uma feição psicológica, de acordo com Dottrens¹⁰, e que deve ser levada em consideração, uma vez que o princípio fundamental da nova educação é a aprendizagem ativa, em que a criança deve executar atividades com interesse; portanto, ela deve ser criadora de sua própria escrita, mas com atenção às ressalvas feitas.

9. O francês Louis-Émile Javal (1839-1907) foi diretor do Laboratório de Oftalmologia da Universidade de Sorbonne, em Paris, e foi o primeiro a estudar o aspecto fisiológico da leitura. No século passado, ele criou um método de leitura rápida, aperfeiçoado nos anos de 1960 pela professora primária Evelyn Wood (1927-1979) (Guimarães, 2003).

10. R. Dottrens escreveu o livro *La enseñanza de la escritura*, indicado para leitura no manual analisado.

D'Ávila apresenta, ainda, um breve histórico do problema da escrita e um pequeno estudo desse problema no Brasil. Além disso, expõe orientação para o ensino da escrita, de acordo com Javal, e apresenta, ao final, problemas para estudo, trabalhos práticos e indicações de leitura.

As orientações de Javal expostas no manual dizem respeito aos primeiros exercícios que devem ser oferecidos à criança (cópia), à observação da criança aos nossos movimentos ao escrever para que ela possa reproduzir (nessa fase o professor deve adotar apenas um modelo de escrita) e à necessidade de a maneira de escrever ocorrer sem tirar o lápis, a pena ou o giz do papel ou do quadro-negro.

Práticas escolares: síntese de uma didática da Escola Nova?

Nos tópicos anteriores deste artigo, apresentei resultados da análise dos principais aspectos constitutivos da configuração textual de *Práticas escolares*, refletindo sobre a inter-relação desses aspectos, foi possível formular uma tentativa de síntese do que foi apresentado.

É possível, concluir que o manual de ensino analisado é representativo das ideias didático-pedagógicas escolanovistas do momento histórico de sua produção e circulação e que nele se apresenta uma síntese de saberes e práticas consideradas necessárias para a formação do professor primário (que também deveria saber alfabetizar) e para exercício eficiente do magistério; esses saberes e práticas, por sua vez, encontram-se estreitamente relacionados com os princípios derivados do ideário didático-pedagógico da Escola Nova, predominantemente, de acordo com a apropriação feita por Antônio d'Ávila, das ideias e práticas em circulação no momento histórico de publicação e repercussão do manual.

Verifica-se também no manual analisado que os autores citados e/ou indicados para leitura e estudo, por parte do normalista e dos professores em exercício, são representativos desse momento em que brasileiros e estrangeiros passaram a escrever sobre uma nova concepção de infância e uma nova concepção de educação.

Práticas escolares apresenta síntese de saberes e práticas considerados necessários para a formação do professor primário (que também deveria saber alfabetizar), uma vez que engloba os conteúdos de ensino indicados nos programas dos cursos normais e do ensino primário e também pela presença, no manual, de princípios escolanovistas e de autores que escreveram sobre esses princípios, os quais se encontram no manual analisado fundamentando a apresentação de assuntos, tais como: métodos de ensino; testes para organização das classes; biblioteca do professor; livro didático; método de projetos; centros de interesses; jogos; e, sobretudo, os referentes ao ensino da leitura e escrita, contidos nos cinco capítulos analisados mais detalhadamente.

Especialmente no que se refere ao ensino da leitura e escrita, objetivo da análise neste artigo, no manual analisado, d'Ávila faz exposição dos métodos de ensino da leitura e escrita, inclusive com um histórico a respeito deles, deixando ao professor a escolha do método que considerar mais apropriado para esse ensino, depois de feitas as observações necessárias na escola primária, estudados os métodos apresentados e discutido o assunto na aula de Prática do Ensino.

As posições e orientações apresentadas por d'Ávila encontram-se estreitamente relacionadas com as apresentadas por Aguayo (1959, p. 304), educador cubano responsável pela proposição de uma didática da Escola Nova, o qual assim se posiciona a respeito do ensino da leitura e seus métodos.

Com relação à leitura, a tendência atual é incorporar esta disciplina a um ensino global que corresponda ao mundo da experiência infantil e, utilizando as atividades lúdicas, despertar o interesse da criança e converter a aprendizagem numa experiência vital. São recomendáveis, para esse fim, os métodos concordes com os resultados obtidos pela psicologia da aprendizagem. A nova didática não tem preferência por este ou aquele método, persuadida como está de que os métodos de ensino, quando não são aplicados de modo inteligente e não provocam o interesse dos alunos, não têm senão valor muito relativo. Aplicados por uma professora competente e entusiasta, o método de orações, o de palavras e o de análise fônica podem ser tão interessantes como o de contos.

De acordo com a didática escolanovista proposta por Aguayo, é essencial que os educandos pratiquem atividades que despertem seu interesse e prazer e que permitam encontrar sentido nas atividades realizadas na escola. O trabalho do professor deve, portanto, ter relação com a experiência do aluno, com os interesses básicos da infância, daí a importância que a nova didática atribui à motivação pedagógica.

O ensino da linguagem oral, por sua vez, é concebido tanto no manual analisado como em *Didática da Escola Nova*, de Aguayo, como “[...] o fundamento do estudo da língua vernácula” (Aguayo, 1959, p. 340).

Quanto ao ensino da escrita, esse é concebido no manual analisado como diretamente relacionado com a aprendizagem de uma técnica; deve-se ressaltar, porém, que, no âmbito da didática escolanovista, a aprendizagem deve ser ativa, a criança deve executar atividades de interesse dela, e, para isso, “o ensino da escrita pode ser preparado com exercícios de desenho feitos no quadro-negro [...]” (idem, ibidem, p. 329).

Por isso, assim que as crianças tiverem aprendido no quadro-negro as formas das letras, começam a escrita a lápis. Nos primeiros graus do ensino primário, o ensino da escrita não deve ter horário fixo, mas sim fazer parte do ensino globalizado. A partir do segundo até o quarto grau, é conveniente dedicar-lhe algumas horas na semana, não muitas. E do quinto grau em diante, deverá ser ensinada juntamente com a linguagem (idem, ibidem).

As reflexões apresentadas, assim como as relações observadas entre *Práticas escolares* e *Didática da Escola Nova*, permitem inferir que o manual analisado está muito próximo do que se poderia considerar uma espécie de síntese do livro de Aguayo, em particular dos capítulos sobre ensino da leitura e escrita.

Dentre os aspectos que permitem essa inferência, destacam-se as semelhanças na organização dos capítulos do livro e do manual, especialmente no que se refere à apresentação de um breve histórico sobre o assunto, e nos conteúdos de ambos, especialmente no que se refere às posições defendidas a respeito do ensino da leitura e escrita.

Deve-se ressaltar, porém, que uma das principais diferenças entre ambos os livros é o acréscimo de capítulos em *Práticas escolares*, os quais

buscam contemplar o proposto nos programas de Prática do Ensino do curso normal e as orientações prescritas para o ensino primário brasileiro.

Considerações finais

De acordo com os principais aspectos da configuração textual de *Práticas escolares* aqui apresentados, d'Ávila apresenta aos professores e aos professorandos ou normalistas da época de sua publicação o que havia de mais “moderno” em educação e ensino, como foi possível constatar, por exemplo, nas citações feitas anteriormente em comparação com o conteúdo de *Práticas escolares*.

Esse manual permaneceu no cenário educacional brasileiro por pelo menos três décadas, com 16 edições. Seu autor tinha como objetivo divulgar os saberes e práticas considerados modernos e necessários, naquele momento histórico, para que os alunos dos cursos de formação de professores pudessem exercer, com eficiência e êxito, suas futuras atividades no magistério primário, em especial as referentes ao ensino da leitura e escrita. Tratava-se da formação de um novo tipo de professor, para um novo tipo de escola e que pudesse formar um novo homem para uma sociedade em mudança.

Certamente, não foi por acaso que *Práticas escolares* se manteve atualizado de acordo com os programas exigidos para as escolas normais, tendo sido utilizado, portanto, durante o período em que as escolas normais também se mantiveram em funcionamento, até serem “substituídas” pela habilitação específica para o magistério – 2º grau, após a implementação do disposto na lei n. 5.692/71.

Referências bibliográficas

AGUAYO, A. M. *Didática da Escola Nova*. Trad. e notas J. B. Damasco Penna e Antônio d'Ávila. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959. (Atualidades Pedagógicas, 15.)

D'ÁVILA, A. *Práticas escolares*: de acordo com o programa de ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1942.

_____. Prefácio. In: D'ÁVILA, A. *Práticas escolares*: de acordo com a orientação de ensino primário e cursos de transição entre o primário e o secundário. v. 3. São Paulo: Saraiva, 1954.

_____. Prefácio. In: D'ÁVILA, A. *Práticas escolares*: de acordo com o programa de ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário. 8. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1958.

_____. Prefácio. In: D'ÁVILA, A. *Práticas escolares*: de acordo com o programa de ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário. 5. ed. v. 2. São Paulo: Saraiva, 1959.

GUIMARÃES, J. L. *Num piscar de letras*. Disponível em: <<http://www.geocities.com/TheTropics/8518/leitura.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2003.

HARRIS, T. L.; HODGES, R. E. (orgs.). *Dicionário de alfabetização*: vocabulário de leitura escrita. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo – 1876/1994). São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.

PACKER, A. Prefácio. In: D'ÁVILA, A. *Práticas escolares*: de acordo com o programa de ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1942.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Directoria do Ensino. *Programmas das escolas normaes*: organizado por uma comissão de professores e revistos pela Directoria do Ensino. 1938. (Boletim n. 17.)

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. *Programa para o ensino primário fundamental*: 1º ano. São Paulo: Francisco Alves; Paulo de Azevedo limitada. (Ato 17, de 23 de fevereiro de 1949.)

TREVISAN, T. A. *Manuais de ensino para formação de professores primários*: um instrumento de pesquisa. Marília: s.ed., 2002.

_____. *Um estudo sobre Práticas escolares (1940), de Antônio d'Ávila*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

_____. *Um estudo sobre o Jornal dos Professores e a Galeria dos Patronos de Escola, de Antônio d'Ávila (1964-1989)*. Trabalho apresentado como requisito para avaliação da disciplina Memória e História da profissão docente, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. *Bibliografia de e sobre Antônio d'Ávila: um instrumento de pesquisa*. Marília: s.ed., 2006.

_____. *A pedagogia por meio de pedagogia: teoria e prática (1954), de Antônio d'Ávila*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

Endereço para correspondência:

Thabata Aline Trevisan

Rua dos Cristais, 43

Maria Izabel – Marília-SP

CEP 17516-050

E-mail: t_trevisan@ig.com.br

Recebido em: 18 fev. 2008

Aprovado em: 10 jul. 2008